

31 MAI 1986

Comissão discutirá tamanho de bancadas

A alteração da representação estadual na Câmara dos Deputados, a fim de que seja reduzido o peso dos Estados pequenos e aumentada a representação dos mais populosos, deverá ser o tema mais polêmico da reunião final do comitê que examina o Poder Legislativo e a organização partidária na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. O encontro será realizado em São Paulo de segunda a quarta-feira próximas, e nele também serão aprovadas as conclusões do comitê que trata do Poder Judiciário e Ministério Público.

A questão da representação já foi discutida em

várias reuniões do comitê, sem que houvesse um acordo, já que os integrantes nordestinos do grupo sempre ofereceram resistências à possibilidade de redução do número de deputados dos Estados com menor população. O assunto volta agora ao debate, a partir de uma proposta do cientista político Bolivar Lamounier, que reduz de 479 para 420 o número de deputados federais.

COMUNICAÇÃO

Salvador — É preciso assegurar, na próxima Constituição, o direito social à comunicação, a exemplo do que acontece



com a educação, a saúde e outros direitos do cidadão. A afirmação, feita pelo presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Bahia, Raimundo Lima, sintetiza o entendimento dos participantes do últi-

mo debate do seminário "Constituinte e Política Democrática de Comunicação", ocorrido ontem, pela manhã, na Escola de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Participaram do debate, coordenado pelo professor da UFBA, Fernando Passos, e que teve o tema como tema "Nova Tecnologias da Comunicação: para quem e para quem?", o presidente da EBN, jornalista Carlos Marchi; os professores Fausto Castilho, da Unicamp, José Salomão David Amorim, da UnB e Virgílio Elisio da Costa Neto, presidente do Clube de Engenharia da Bahia.

OAB vai promover debate nacional

Curitiba — O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Hermann Assis Baeta, reúne-se hoje com os presidentes das subseções paranaenses da entidade em Guarapuava-PR. A reunião, convocada pelo presidente da OAB no Paraná, Antônio Alves do Prado Filho, tem como tema básico a Constituinte e insere-se num programa de preparação da 11ª Conferência Nacional de Advogados, a ser realizada

no início de agosto, em Belém do Pará.

Hermann Baeta declarou que a OAB não perdeu de vista o momento histórico nacional e pretende contribuir, por todos os meios, para uma constituinte que efetivamente represente os anseios do povo brasileiro. Através de amplo debate nacional, o presidente da OAB pretende colaborar para que o País tenha "uma Constituição durável", melhor forma, a seu ver, de permitir "a consolidação das instituições de-

mocráticas e populares".

O presidente da OAB, manifestou claramente a sua frustração com a forma de convocação da Assembleia Nacional Constituinte que, como esclarece, não será uma Assembleia Constituinte propriamente dita, mas "um Congresso Constituinte". A coincidência de eleições para deputados, senadores e governadores fará com que o aspecto estadual predomine nas campanhas políticas, que terão a liderança dos candida-

tos a governador, prejudicando, assim, segundo pensa, o debate dos grandes problemas nacionais.

Mas admite que mesmo dentro dessas regras do jogo, nem tudo esteja perdido, "na medida que entidades do porte da OAB e da CNBB, plenamente conscientes dessa estadualização da Constituinte, já estão em campo, trabalhando para conscientizar os eleitores da importância de uma nova Constituição para o Brasil".

Passos defende participação popular

O deputado Darcy Passos (PMDB-SP) defendeu uma ampla participação popular na Assembleia Nacional Constituinte. Ao apresentar à Câmara uma cópia de todas as Constituições brasileiras, afirmou que as piores que o País teve foram

as de 1937 e 1969, justamente quando não se registrou nenhuma participação popular.

Entende o parlamentar que as que menos traumas trouxeram aos brasileiros foram as Constituições de 1934 e 1946 e em

ambas, conforme lembrou, houve decisiva participação do povo.

Citando Pontes de Miranda, Darcy Passos disse que "sem participação popular nenhuma Constituição legisla para o futuro", e apresentou dados

estatísticos demonstrando que menos de um quarto da população acha que vai participar do processo de formação da Constituinte próxima, enquanto "apenas um quinto afirma que participará dessa mudança constitucional".